REALIDADE E PERSPECTIVAS DA ATER JUNTO À POPULAÇÕES EXTRATIVISTAS NO PARÁ: O CASO DO PAE ILHA PIQUIARANA EM ABAETETUBA – PARÁ – AMAZÔNIA – BRASIL

Silvana Benassuly Maués de Medeiros[1]

Valdir da Cruz Rodrigues[2]

Jaqueline Raquel Cardoso Mesquita[3]

RESUMO: A criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) representou um significativo avanço para as populações rurais, em especial para os agricultores familiares. A criação da modalidade de Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAE) representa anseios históricos das populações tradicionais. Os serviços de ATER planejados e executados junto a essas populações no Estado do Pará seguiram uma trajetória de desafios e vislumbram, hoje, futuros incertos. O artigo tem por objetivo apresentar uma análise dos processos percorridos, a realidade atual e discutir possíveis perspectivas desses serviços no Pará, tendo como referência os principais resultados obtidos até sua interrupção em 2016, no PAE Ilha Piquiarana, localizado em Abaetetuba, PA. O método adotado no trabalho é de estudo de caso, com aplicação de ferramentas metodológicas complementares, como a análise dos principais resultados oficiais obtidos com os serviços de ATER no PAE, através da análise de documentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e da Prestadora de Serviços de ATER contratada para prestar serviços junto ao assentamento; observação participante; seleção e escolha de informantes-chave da comunidade, sendo estes lideranças extrativistas e técnicos de ATER. A relevância do trabalho toma força à medida que se observa a realidade desses serviços prestados, seus limites e potenciais, e, sobretudo, identifica os anseios dos extrativistas expressos nos resultados obtidos (ou não) com a execução desta política pública e suas incertezas atuais de continuidade. Ao apresentar pistas concretas para a compreensão desses resultados obtidos com os serviços de ATER, descrevendo também as (in) possibilidades de continuidade da presença governamental e/ou não governamental através de apoio técnico que visem o fortalecimento das atividades produtivas, sociais, ambientais e culturais desse modelo de assentamento na região amazônica, o artigo questiona e aprofunda, sobretudo, a continuidade dessa política pública tão recentemente acessada pelas populações extrativistas diante das expectativas geradas em torno da execução da Pnater na Amazônia.

Palavras-chave: PNATER; Agroextrativistas; INCRA.

ABSTRACT: The creation of the National Technical Assistance and Rural Extension Policy (Pnater) represented a significant advance for rural populations, especially for family farmers. The creation of the Agroextractive Settlements Project (PAE) modality represents the historical aspirations of the traditional populations. The ATER services planned and executed with these populations in the State of Pará have followed a trajectory of challenges and are now facing uncertain future. The article aims to present an analysis of the processes covered, the current reality and to discuss possible perspectives of these services in Pará, having as reference the main results

[1]Engenheira Florestal, Esp. Ordenamento Territorial. Docente do IFPA – Campus Cametá/Pará. sbenassuly@yahoo.com.br.

[2] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, INEAF/UFPA/EMBRAPA. valdir.territorio@gmail.com.

[3] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, INEAF/UFPA/EMBRAPA. jaquelinercmesquita@gmail.com.

obtained until its interruption in 2016, at PAE Ilha Piquiarana, located in Abaetetuba, PA. The method adopted in the study is a case study, with application of complementary methodological tools, such as the analysis of the main official results obtained with the ATER services in the PAE, through the analysis of documents of the National Institute of Colonization and Agrarian Reform - INCRA and of the ATER Service Provider hired to provide services to the settlement; participant observation; selection and selection of key informants from the community, being these extractive and technical leadership of ATER. The relevance of the work takes force as one observes the reality of these services provided, their limits and potentials, and, above all, identifies the expectations of the extractivists expressed in the results obtained (or not) with the execution of this public policy and its current uncertainties of continuity. In presenting concrete clues to the understanding of these results obtained with the ATER services, it also describes the (in) possibilities of continuity of the governmental and / or non-governmental presence through technical support aimed at strengthening productive, social, environmental and cultural activities of this model of settlement in the Amazon region, the article questions and deepens, above all, the continuity of this public policy so recently accessed by extractive populations in the face of the expectations generated by Pnater's execution in the Amazon.

Keywords: PNATER; Agroextractivists; INCRA

INTRODUÇÃO

A Lei federal 9.985/00, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, define extrativismo como sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis. Ademais, o Art. 18, da mesma Lei, define que Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, tendo como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, além de assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da Unidade. De acordo com o Decreto federal 6040/07, em seu Art. 3o, inciso I, compreende-se por Povos e Comunidades Tradicionais grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. A Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER caracteriza-se como um "serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais", conforme Art. 2°, I compreendendo-se, portanto, a ATER como um processo inserido no contexto do desenvolvimento rural.

Dessa maneira, Guedes (2006) diz que, os principais desafios e preocupações da ATER no

contexto Amazônico são a valorização do saber local e dos processos participativos para que os agricultores tomem as decisões no trabalho de extensão rural, além da opção por uma nova matriz tecnológica capaz de garantir as condições de auto sustento das famílias e de preservação dos recursos naturais. Assim sendo, à ATER, de acordo com Caporal (2006) pede-se que contribua para o enfrentamento da crise socioambiental resultante dos modelos de desenvolvimento e de agricultura convencionais, implementados nas últimas décadas. Essa ATER em última análise, deve ser de fato, uma ação educativa, democrática e participativa. Segundo Fraxe (2007), o termo "ribeirinho" refere-se àquele que anda pelos rios. Assim, pode-se dizer que os povos ribeirinhos são aqueles que moram nas proximidades dos rios e que sobrevivem da pesca artesanal, do extrativismo, do roçado e/ou da caça. Com o intuito de compreender e conhecer o modo de vida e as premissas que regem a organização de seu espaço, tanto territorial quanto social, esses povos vêm ganhando cada vez mais destaque nos estudos das mais variadas ciências.

Para Morim (2014), os ribeirinhos se adaptam e vivem a uma realidade repleta de limitações e desafios estabelecidos pelas leis da natureza. Desta forma, esses povos possuem uma íntima e específica relação com o meio ambiente e seus ciclos, influenciando no seu modo de vida altamente específico, baseado em uma estrutura de produção fundamentada no trabalho da própria população, utilizando dos meios disponíveis e delimitados pela natureza.

Essa forte e diferenciada relação estabelecida com o meio natural, faz com que os ribeirinhos sejam detentores de muitos saberes tradicionais, como o uso de plantas medicinais, saberes sobre as épocas de plantio da terra, o ritmo e caminho das águas, entre outros. Tais conhecimentos são geralmente passados de gerações para gerações, com o intuito de dar continuidade e eternizar a identidade cultural de determinada população (SANTANA, 2013).

Entretanto, os conhecimentos tradicionais são muitas vezes depreciados e estão perdendo espaço, inclusive na vida de seus detentores, os quais estão desvalorizando essas raízes culturais e priorizando outras com características mais urbano-industriais, como por exemplo, utilização cada vez maior de medicamentos químicos em detrimento de medicamentos fitoterápicos.

Além disso, essas comunidades coexistem com o isolamento econômico e social, sendo persistentemente desprezadas e afastadas de possíveis contribuições à manutenção e elaboração de políticas públicas regionais, ficando margeadas a mecanismos que não se aplicam às suas realidades, interesses e demandas (ARRUDA, 1999).

Neste cenário, estão cada vez mais intensificadas as discussões acerca do desenvolvimento sustentável, principalmente depois que as autoridades mundiais perceberam o uso desenfreado dos recursos naturais, que esses são finitos e estão caminhando para o seu esgotamento (Dicionário socioambiental, 2008).

Esse desenvolvimento envolve não somente o meio econômico, mas leva em consideração também os aspectos sociais e ambientais, visando considerar o bem-estar das pessoas nas três esferas. Desta forma, o desenvolvimento local só pode ser alcançado plenamente caso exista a conexão de uma série de fatores de desenvolvimento humano, incluindo a participação social, as potencialidades e qualidades das pessoas para que seja possível "a construção de uma sociedade mais democrática, enquanto ativos dessa construção do cotidiano" (CALEGARE, 2009).

Desta forma, o presente artigo tem como objetivo apresentar uma análise dos processos percorridos, a realidade atual e discutir possíveis perspectivas desses serviços no Pará, tendo como referência os principais resultados obtidos até sua interrupção em 2016, no PAE Ilha Piquiarana, localizado em Abaetetuba, PA.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os conceitos de comunidade tradicional são diversos e bastante discutidos, não havendo uma definição universalmente aceita (FRAXE, 2007).

Segundo Diegues (1996) comunidade tradicional seria um espaço sociocultural, no qual sua economia é organizada baseando-se no uso de recursos naturais renováveis, possuindo padrões de consumo que acordam diversas atividades econômicas baseadas nos ciclos da natureza, além de possuir uma cultura fundamentada em simbologias, mitos e rituais associados às atividades de produção, tais como caça, pesca, etc.

Já para Wagley (1988) as comunidades tradicionais são compostas por caboclos luso-brasileiros (ribeirinhos), os quais participam do seu meio como agentes ativos que integram esse meio, tendo conhecimentos sobre ele que acabam por estabelecer uma relação simbiótica com a natureza. Essa relação é caracterizada também por construção de vínculos de relacionamentos particulares, distinguida pelo forte laço de parentesco.

As populações tradicionais podem ser caracterizadas também pelo seu trabalho e a valorização do seu habitat, tendo noção que esses são essenciais para sua subsistência, sendo comum a existência de relação de ajuda mútua e trabalho coletivo. Essas comunidades possuem um modo de vida diferente, uma cultura ligada às formas de manejo dos recursos, assim como são detentoras dos saberes tradicionais (CHAVES, 2001).

O artigo 3º, do Decreto nº 6040, de 7/02/2007, conceitua povos tradicionais sendo "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição".

Segundo o Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica (2012), o

conhecimento tradicional são os saberes, inovações e práticas das comunidades indígenas e locais relacionados aos recursos genéticos. Estes saberes são resultados da luta desses povos pela sobrevivência, assim como da experiência que acarretaram ao longo dos anos, ajustando-os às suas realidades e passando-os de geração em geração.

Já segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (2001), conhecimento tradicional é "um corpo de conhecimento construído por um grupo de pessoas através de sua vivência em contato próximo com a natureza por várias gerações. Ele inclui um sistema da classificação, um conjunto de observações empíricas sobre o ambiente local e um sistema de auto manejo que governa o uso dos recursos".

Os conhecimentos tradicionais constituem uma porta de acesso às mais variadas informações, sejam essas relacionadas à alimentação, às muitas plantas utilizadas na fabricação de medicamentos, às formas de produção de elementos da natureza, às formas de combates naturais de pragas, assim como vários outros. Desta forma, é fundamental que aqueles que possuem acesso à esses saberes, saibam utiliza-los e os valorizem adequadamente, uma vez que esses representam um atalho à indústria biotecnológica para o desenvolvimento de novos produtos.

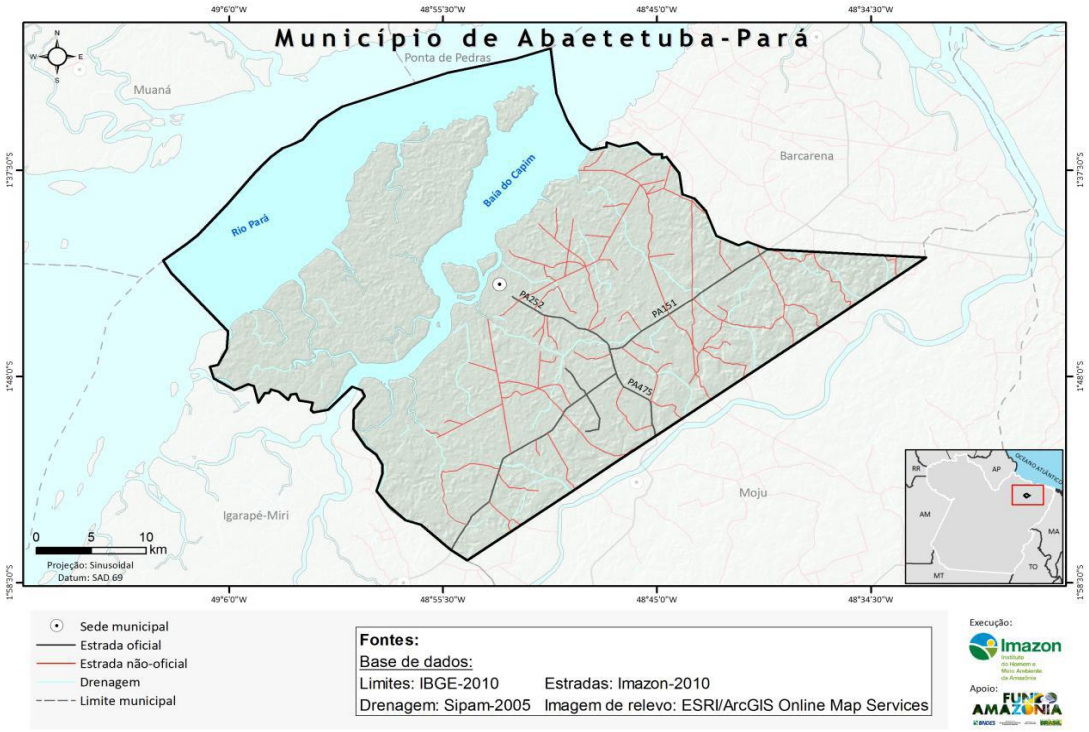
METODOLOGIA

O método adotado no trabalho é de estudo de caso, com aplicação de ferramentas metodológicas complementares, como a análise dos principais resultados oficiais obtidos com os serviços de ATER no Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE - Piquiarana, através da análise de documentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e da Prestadora de Serviços de ATER contratada para prestar serviços junto ao assentamento; observação participante; seleção e escolha de informantes-chave da comunidade, sendo estes lideranças extrativistas, além de técnicos de ATER.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA

O município de Abaetetuba foi fundado em 1750 e está localizado no território Baixo Tocantins. É limítrofe aos municípios de Barcarena, Moju, Igarapé-Miri, Muaná e Ponta de Pedras (Figura 1). Sua área abrange 1.607,6 quilômetros quadrados, que abriga 141.100 habitantes, dos quais 59% estão na área urbana e 41%, na área rural (Idesp 2012); IBGE, Censo Demográfico (2010). Abaetetuba, em sua área de 1.607,56 km², conta com uma população urbana de 82.998 habitantes, uma população rural de 58.102 habitantes e uma densidade demográfica de 87,61 habitantes/km².

Figura 1: Localização do município de Abaetetuba - PA.



Fonte: IMAZON (2012)

SITUAÇÃO ECONÔMICA

A receita orçamentária do município, em 2010, foi de R$99,7 milhões, correspondendo a 1,4% da receita do estado do Pará. Durante uma década, nos anos com registro, Abaetetuba apresentou balança negativa apenas no ano de 2010. Esta receita municipal é proveniente principalmente da transferência de recursos da União, que no ano de 2011 foi distribuído da seguinte forma: educação 41,79%, assistência social 22,36%, fundo de participação dos municípios (FPM) 19,74%, saúde 13,22%, outros 1,83% e habitação 1,07%.

PIB E EMPREGO

Quanto à situação econômica e social do município, para uma breve síntese, destacamos o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* e o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Em 2009, nome do município apresentou um PIB *per capita* de R$3,3mil, valor este abaixo do PIB *per capita* do estado do Pará que foi de R$ 8 mil nesse mesmo ano.

RENDA E BOLSA FAMÍLIA

De acordo com o IBGE, no que se refere à distribuição de renda por domicílios, em Abaetetuba a classe de rendimento que apresentou maior destaque no ano 2010, com 31% foi a

que enquadra os salários recebidos na faixa de menor que ¼ de salário mínimo, definido em R$ 510 para o mesmo ano.

Para combater a fome e a pobreza, o governo federal lançou o Programa Bolsa Família em 2004 (Lei n.º 10.836/2004). Destaque entre as políticas sociais brasileiras, o programa busca garantir padrões mínimos de acesso a bens por meio de transferência direta de renda. Em 2011, Abaetetuba recebeu um repasse de R$25,6milhões destinados a atender 19.466 bolsas. Este valor representa 2,4% do total de recursos oferecidos pelo programa ao estado do Pará.

PRODUÇÃO E CRÉDITO

Em 2010, a mandioca foi a cultura que mais contribuiu para o valor da produção agrícola, seguida pelas culturas de pimenta-do-reino e coco-da-baía. Na criação de animais, a maior contribuição para a produção do município foi da criação de galos, frangas, frangos e pintos, seguida pela criação de suínos e de galinhas. A evolução dos principais produtos, considerando o período de uma década, demonstra crescimento gradual de pimenta-do-reino e coco-da-baía, a mandioca passou por maiores flutuações, com queda expressiva em 2008, a pecuária quase não variou, destaque apenas para produção de galinhas que caiu em 2007. Ainda, foi concedido a Abaetetuba um valor de R$1,4milhões para crédito rural no ano de 2011, sendo deste total 85,81% destinados a atividades ligadas à agricultura, e 14,19% a atividades ligadas à pecuária. Desde 1999, Abaetetuba recebeu maior crédito em 2006, com R$7,1 milhões. Em relação ao estado do Pará, Abaetetuba correspondeu a 0,2% do valor total, no último ano.

SANEAMENTO E ÁGUA

Em Abaetetuba, apenas 6,6% dos domicílios apresentavam saneamento adequado em 2010, Isto é, possuíam abastecimento de água e esgotamento sanitário por rede geral, ou fossa séptica e lixo coletado direta ou indiretamente. A maioria, 58,7%, apresentou saneamento semi-adequado, ou seja, com pelo menos uma das formas de condições adequadas. Por fim, 34,7% dos domicílios do município foram considerados inadequados, por não possuírem nenhuma forma de saneamento considerado adequado. O município apresentou 8.244 domicílios particulares permanentes com acesso ao abastecimento de água pela rede geral (IBGE, Censo Demográfico 2010).

EDUCAÇÃO

Ao longo do período 2005-2009 o índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb) em Abaetetuba tem melhorado na 4ª série, e piorado na 8ª. Em 2005, o índice foi de 2,8 na 4ª série

e 3,3 na 8ª série. Já em 2009, o Ideb foi de 3,6 e 3,2, para cada série. Os índices obtidos, no último ano, ficaram respectivamente acima e abaixo das metas estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC), que espera que até 2021 o ensino fundamental brasileiro atinja a nota 6, valor equivalente ao obtido por países desenvolvidos. No ano de 2010 a relação número de alunos por professor foi de 21,8 no ensino fundamental e de 13,6 no ensino médio, enquanto no estado a média foi de aproximadamente 26 alunos por professor para ambos.

PROJETO DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA (PAE) ILHA PIQUIARANA

No município de Abaetetuba estão inclusas 72 ilhas, com aproximadamente 35.000 habitantes, denominados de ribeirinhos, moradores das ilhas ou extrativistas. Dentre essas ilhas encontra-se o PAE Ilha Piquiarana. Este PAE está organizado em cinco comunidades / localidades que são denominadas de: Furo do Gaita, Rio Piquiarana, Rio Acarajó, Igarapé Castanhal e Rio Itamimbuca, Com área de 816,1241 ha (oitocentos e dezesseis hectares, doze ares e quarenta e um centiares).

Destas comunidades são escolhidos os representantes dos assentados que compõem o quadro de diretores da Associação do Projeto de Assentamento Agroextrativista. Segundo dados oficiais do INCRA, o PAE Ilha Piquiarana foi criado em 19 de outubro de 2006, sob o código SIPRA PA0347000, onde reconheceu um total de 212 famílias assentadas da reforma agrária constante na Relação de Beneficiários do INCRA.

Porém, vale ressaltar que estas famílias já habitam essa região há várias décadas, como apresenta a Tabela 1, e que já mantinham outras formas de organização de bases religiosa, política, social e sindical, e que o projeto de reforma agrária vem somar como mais um instrumento de mobilização e articulação pelas conquistas de mais direitos sociais às populações ribeirinhas que tanto labutam pelo reconhecimento dos direitos de permanecer e sobreviver na e da terra.

Tabela 1. Tempo de chegada das famílias do PAE

Período em que chegaram à região	Nº de famílias
1936 – 1950	10
1951 – 1970	27
1971 – 1990	89
1991 – 2000	36
2001 – 2014	28
Não se aplica/ Não sabe informar	0 1
Total	191

Fonte: ECO Consultoria

Segundo a ECO Consultoria (empresa contratada para prestar os serviços de ATER em 2015), durante o desenvolvimento de suas atividades foram aplicados 191 diagnósticos de forma participativa nas Unidades de Produção Familiar, de um total de 212 beneficiários constantes na Relação de Beneficiários (RB) do INCRA. Esse número caiu em virtude de falecimentos, pessoas que abandonaram suas casas, mudando-se para outro lugar, inclusive alguns para outros PAES próximos, Ainda se tratando da população que habita o PAE, o número de famílias supera o quantitativo de 212 que o INCRA reconheceu como assentadas. Isso significa que mais famílias precisam ser contempladas com a inserção de seus nomes em RB. Por outro lado, representa a necessidade de planejamento consciente acerca da consolidação de uma infraestrutura e de políticas públicas que levem em consideração esse quantitativo de famílias que supostamente "estão fora do assentamento", ou seja, fora da RB.

SITUAÇÃO AMBIENTAL

Evidencia-se que os recursos naturais disponíveis já se encontram bastante escassos, ocasionando cotidianamente disputa pelos assentados do que ainda resta. Esse fato preocupa e compromete a sobrevivência das gerações futuras, situação esta observada durante a oficina de autodiagnostico, quando foi dado o exemplo que as margens dos rios estão completamente ocupadas pelas construções das habitações, pois para as pessoas que habitam a região é natural estabelecer residência as margens do rio. Isso facilita também uma série atividades, como por exemplo, a pesca; a captação da água para uso doméstico; guardar as embarcações. Porém, essa ocupação vem reduzindo as mata ciliares, sendo que também o fluxo grande de embarcações de médio e pequeno portes, por conta da agitação das marés, aceleram ainda mais o processo de assoreamento dessa região.

Na questão do saneamento básico, os resultados são negativos, uma vez que, já que as pessoas moram em locais banhados pelos e igarapés, é de lá que retiram a água que consomem diariamente. Do universo de 192 famílias, 111 utilizam os rios/ córregos/ igarapés como fonte de abastecimento de água de suas residências. Apenas 63 famílias utilizam poço artesiano como a 1ª fonte de abastecimento de água e 18 famílias possuem acesso a nascentes ou vertentes com poço. Os rios, córregos e igarapés são as principais fontes de abastecimento de água das famílias, sendo que essa água não possui tratamento através de rede pública.

As famílias utilizam o hipoclorito de sódio para tratar a água para consumo, quando disponibilizados pelo Agente Comunitário de Saúde. Na falta deste produto, as famílias utilizam o Cloridrato de Potássio, conhecido popularmente como "sentante" para "limpar a água". O que de fato ocorre ao utilizar esta substância é uma separação dos resíduos sólidos presentes na água

(barro, lama, entre outros) deixando-a transparente. Outro método utilizado pelas famílias para "limpar a água" é coar. Eles utilizam coadores de pano para eliminar resíduos sólidos da água, porém não há muita mudança na coloração. Com exceção do hipoclorito de sódio, estes métodos não são eficazes no combate a contaminantes químicos e microbiológicos provenientes da água.

Em se tratando de saneamento básico, pode-se verificar quais as implicações que a ausência deste serviço faz à população, pois as famílias ainda não encontraram uma solução para essa problemática. De 191 famílias entrevistadas, 165 não fazem nenhum tipo de tratamento dos dejetos humanos em suas residências. Isso representa 86,39% das famílias entrevistadas. Nota-se também nestes dados, que não há nenhuma forma de tratamento de dejetos através de rede pública de esgoto. Apenas 18 famílias utilizam a fossa simples, também conhecida como "casinha" ou "sentina", no qual os dejetos caem diretamente no buraco, sem água e, quando saturados, cobre-se com terra e constrói-se uma nova fossa.

Essa situação demanda a urgência de solução da problemática, onde as populações ribeirinhas de Abaetetuba têm os rios como a principal via de acesso a outras comunidades e como principal fonte de água para consumo humano. Mas, são por estas mesmas águas que percorrem o esgoto das populações ribeirinhas, por não se ter o serviço tão importante à saúde pública dos assentados: o saneamento básico. Cabe ao poder público investir em políticas estruturais e tecnológicas de saneamento apropriadas ao contexto das regiões ribeirinhas Amazônicas.

SITUAÇÃO SOCIAL

No que concerne os benefícios e programas sociais, grande parcela das famílias está assegurada pelos programas Bolsa Família, Bolsa Verde e aposentadoria, além de alguns benefícios previdenciários, como aposentadoria por idade, pensão por morte. Das 191 famílias entrevistadas, 114 recebem algum tipo de benefício social. Muitas famílias ainda não conseguem sobreviver sem o apoio desses programas, pois as políticas públicas fundamentais na superação desses indicadores são insuficientes ou até mesmo inexistentes no PAE Ilha Piquiarana. Observa-se que no PAE ainda ocorre um alto grau de vulnerabilidade social e muito precisa ser feito no sentido de reduzir os indicadores que ocasiona a situação social das famílias que moram no assentamento.

Outras estruturas encontradas foram as Escolas Municipais, nas quais os filhos dos assentados estudam. Algumas funcionam em espaços próprios e outras em residências cedidas por moradores. Umas são construções em madeira, mas existem espaços com 6 salas em alvenaria. O estado de conservação das escolas é muito precário e limitado, pois, não se têm áreas propícias para recreação e até mesmo para a área administrativa. Essa realidade angustia muitos pais e

crianças que acreditam na educação como instrumento do exercício da cidadania.

SITUAÇÃO ECONÔMICO-PRODUTIVA

As comunidades ribeirinhas são produtoras de parte significativa da produção agrícola do município de Abaetetuba. Afinal, é de onde vêm a farinha, o peixe, o camarão, o açaí, o miriti, a banana, a macaxeira, entre outros produtos que abastecem o mercado municipal do município. Os extrativistas, pescadores, agricultores de várzeas, são exemplos de que é possível produzir, viver e conviver com a natureza. Neste ponto é interessante refletir que os beneficiários construíram na oficina de autodiagnostico o mapa da zona do potencial produtivo e descreveram a situação das atividades produtivas atuais e potenciais do PAE.

As famílias destacam as espécies ou grupos de espécies exploradas e comercializadas; asa áreas/zonas de coleta; técnicas de coleta; transporte; beneficiamento e armazenamento; conhecimentos e práticas de produção utilizadas; renda adquirida; aspectos ambientais envolvidos; infraestrutura utilizada; acesso aos programas e políticas públicas; dificuldades e potencialidades na produção.

Em relação à produção, no PAE Ilha Piquiarana há uma produção bastante diversificada distribuída por todo o Assentamento que vem ajudando muito as famílias. Entre elas destaca-se a produção do açaí, e por consequente, mandioca, cacau, e outros produtos.

Esses dados surpreenderam os próprios beneficiários, uma vez que sua percepção em relação à produção na Unidade Familiar Familiar (UPF) ocorre de forma individualizada, reconhecendo então que nunca tiveram um trabalho que pudesse contabilizar o montante dessa produção do assentamento como um todo e como ela é distribuída.

Nota-se nas UPFs que essa produção está disposta em áreas consorciadas com as demais culturas, o que facilita adotar práticas de conservação ambiental propicia às áreas que sofrem as influências das marés, por esta ser zona de várzea. Por outro lado, os investimentos dos créditos agrícolas vêm contribuindo com o aumento e melhoramento das áreas e da produção.

Ao identificar as zonas com maior predominância de culturas, verifica-se que o açaí, manga, coco estão disseminados por todas as UPFs, exceto a mandioca, pois sua maior incidência fica especificamente nas áreas de zona de terra firme, áreas estas localizadas no Igarapé Castanhal. Os assentados ainda usam técnicas rudimentares, tanto no cultivo quanto na extração e no beneficiamento. O que tem avançado nesse sentido é a técnica do manejo dos açaizais, que vem ajudando nas colheitas, melhorando a qualidade e a quantidade que pode ser produzida.

Efetivamente, uma área bem manejada vai diminuindo a quantidade de limpeza feita durante o ano; a retirada dos estipes mais altos e adultos possibilitam o controle da altura das mais

novas e a absorção dos raios solares aos quais produzem cachos bem grandes e de boa qualidade, além de, também, diminuir o esforço físico do apanhador no momento de subir nesses estipes. Uma vez feito o manejo, as estipes retiradas ficam dispostas por todo terreno, onde, ao se decomporem, servirão como fonte de adubos orgânicos. Assim, quando ocorre a disseminação das sementes, pelos animais silvestres ou pelos extrativistas a terra já tem nutrientes suficientes para gerar as outras plantas. Vale ressaltar que esse processo de manejo é praticado no período da entressafra, que ocorre no período de janeiro a junho de cada ano. A produção de farinha também segue a forma tradicional.

Para cultivar a mandioca usa-se a prática da queima no processo de preparo de área para plantio e no processo de beneficiamento ainda não são utilizados instrumentos de produção que evitem o desgaste físico dos agricultores. Esse é um ponto importante para diminuir a mão de obra e para o cultivo, pois segundo os agricultores seus filhos já não querem dar continuidade nessa atividade por se tratar de uma atividade penosa e com pouco retorno econômico.

Sobre a renda adquirida, os beneficiários relatam que conseguem preços muito baixos pelo açaí e pela farinha. Há muitas dificuldades na produção por falta de recursos e uma política de comércio justo, pois os atravessadores determinam esses preços, uma vez que na região não existem alternativas de mercado, como indústrias que possam absorver e agregar valor a estas produções. Os poucos assentados que conseguiram financiamento já apresentam dificuldades para pagar as parcelas do financiamento, em função do baixo preço, sem perder de vistas que muitos produtores de açaí precisam contratar apanhadores, debulhadores e todos esses custos oneram as despesas da atividade.

Outro tipo de atividade produtiva encontrada no PAE foi o artesanato, uma atividade muito importante e possível de gerar renda, mas lhes faltam incentivos financeiros, capacitações e acompanhamentos que possam aprimorar e melhorar a produtividade e o beneficiamento.

No trabalho de campo da pesquisa, no que se refere à comercialização dos produtos extraídos e cultivados no PAE, constatou-se dificuldades graves, destacando as formas de acesso a mercados e os tipos de mercados, expressando-se, contudo, várias oportunidades que podem ser utilizadas nos processo na comercialização dessa produção. Conforme já mencionado, a questão da comercialização é uma constante em todas as discussões, perpassando pela problemática do armazenamento e do escoamento da produção das áreas de coleta até o destino final, ou seja, as feiras das cidades e o atravessador.

Segundo os assentados, as dificuldades são diversas, principalmente nas áreas de produção que ficam nos fundos da UPFs, onde acesso é feito por igarapés, em cascos e canoas típicas da região, onde só é possível adentrar quando a maré sobe e/ou por dentro dos açaizais. Os frutos do

açaí são debulhados em rasas para serem transportados da zona de coleta para as residências, sendo carregados sobre os ombros ou sobre a cabeça. Em seguida o atravessador passa comprando, ou então o produtor armazena em sua casa e, no outro dia vai comercializar na feira livre da cidade.

A produção de mandioca não é diferente. As áreas onde se encontram localizadas essa produção, às cabeceiras dos igarapés, dependem das condições determinadas pela maré. Portanto, qualquer planejamento relacionado ao escoamento está associado aos horários de maré cheia ou baixa para então definir o escoamento do produto até aos consumidores, que no caso são os atravessadores ou a feira livre da cidade de Abaetetuba ou, ainda, no Município de Igarapé Mirim. Ressalve-se que toda produção comercializada é vendida in natura ou processada, artesanalmente, no caso da farinha.

TIPO DE INVESTIGAÇÃO

Para desenvolver este estudo, a metodologia adotada compreendeu duas fases básicas: pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A primeira se baseia em pesquisa bibliográfica, sintetizando as principais referências ao conhecimento tradicional existente na literatura especializada e relacionando com o desenvolvimento de comunidades ribeirinhas, assim como a caracterização dessas e seus principais desafios, a fim de possibilitar melhor compreensão teórica acerca da problemática abordada. A segunda fase deu a partir de pesquisa de campo, onde o contato direto com a realidade vivenciada pelos moradores da comunidade estudada foi fundamental no desenvolvimento da analise.

Realizou-se a pesquisas junto às famílias beneficiarias do PAE Ilha Piquiarana, localizada no município de Abaetetuba – PA, onde se procurou resgatar a memória local para verificar como é percebido o território dos ribeirinhos extrativistas. Para que esta fase se comprovasse, foi necessário o trabalho empírico em campo, por meio da observação, conforme Oliveira (1996) evidencia a entrevista informal, verificando qual a sua configuração atual e as perspectivas futuras.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

É fato conhecido que a Amazônia brasileira tem sofrido intenso processo de degradação ambiental resultante do uso indiscriminado dos seus recursos naturais para fins de exploração econômica. A apropriação, muitas vezes ilegal, de terras públicas e a expropriação dos direitos fundiários legítimos das populações locais estão na base desse modelo de ocupação econômica da região.

A frágil presença e atuação do Estado na maior parte da região configura um quadro de "terra sem lei" no qual a insegurança fundiária é a tônica. A população rural pobre da região é

frequentemente violada nos direitos básicos, sendo diretamente afetada pela atuação de agentes econômicos e pelas políticas de desenvolvimento e integração regional implementadas pelo próprio Estado. Ao mesmo tempo, os órgãos ambientais e organizações da sociedade civil se debatem para conter o avanço deste processo de degradação ambiental e sociocultural.

A insegurança fundiária e a falta de regularização da propriedade da terra na Amazônia estão entre esses problemas estruturais cujo enfrentamento por parte do Estado se mostra débil. Abaetetuba não ficou fora deste contexto, e muito embora tenham ocorrido iniciativas governamentais para tratar dessa questão, a exemplo da criação dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas, que é uma modalidade de regularização fundiária que visa beneficiar as famílias que vivem dos recursos da floresta para que explorem atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, essas famílias tem um contrato de concessão de direito real de uso.

Apesar dessas iniciativas, a não garantia dos direitos fundiários das populações locais e da sua territorialidade permanece como uma enorme lacuna nas estratégias de conservação da Amazônia. Considerando as atividades de uso da terra presentes no município, em um território com quase 30% de remanescentes florestais, é interessante que seja estimulado atividades de manejo florestal sustentável e incentivada a economia verde, promovendo restauração de áreas de preservação permanente degradadas.

Quanto à situação econômica e social do município, para uma breve síntese, destaca-se o PIB *per capita* e o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Em 2009, o município apresentou um PIB *per capita* de R$3,3mil, valor este abaixo do PIB *per capita* do estado do Pará, que foi de R$ 8 mil nesse mesmo ano. Quanto ao IFDM, o valor obtido foi de 0,571, obtendo desempenho regular em 2009, similar ao valor estadual que foi de 0,597. A análise separada dos três componentes utilizados no cálculo do IFDM evidencia que "saúde" teve maior contribuição (0,675), seguido pela "educação" (com 0,638), sendo que "emprego & renda" apresentou menor valor (0,400) (IDESP/IMAZON, 2013).

O contexto acima citado, ainda que de forma abreviada, representa parte dos imensos desafios enfrentados pelas famílias do PAE Ilha Piquiarana. Além dos desafios identificados acima, inicialmente comuns ao território do Baixo Tocantins, e depois no município, destaque-se que a realidade e as necessidades são ainda mais adversas no PAE, que, aos olhos dos próprios assentados e assentadas, aparecem como entraves principais no acesso a um vida digna, mantendo-as em situação de vulnerabilidade social.

A pesquisa apontou, ainda, quais são os grandes desafios que enfrenta esta região com grande significado natural e forte poder simbólico. As populações ribeirinhas desse PAE e do seu entorno garantem, através da sua tradicional convivência com a natureza e o uso equilibrado dos

recursos naturais, em conjunto com os regulamentos legais e acompanhamento pelas entidades de apoio, a preservação das florestas.

Assim, é possível dizer que o manejo sustentável das florestas está diretamente vinculado com desenvolvimento sustentável nas comunidades extrativistas da região, as quais têm o perfil e a posição estratégica para poder evitar a invasão de práticas predatórias. Incide-se para a necessidade de trabalhar sistemicamente num contexto abrangente que integre os diversos elementos do manejo sustentável da floresta, da agroecologia e do fortalecimento de processos de gestão social que assegure a participação das comunidades na definição e execução de políticas públicas.

Do mesmo modo, verifica-se que, uma que o PAE está imerso numa realidade fortemente patriarcal e com pouca participação ativa das mulheres, faz-se necessário trabalhar a participação ativa destas nos processos de desenvolvimento. Igualmente, a juventude é chave para garantir a sustentabilidade, pelo que a integração dos jovens resulta fundamental para o sucesso no médio prazo de qualquer iniciativa.

As mudanças dessa realidade perpassam, dentre outros caminhos fundamentais, por processos de mudanças de paradigmas iniciados com a execução dos serviços de ATER no PAE, sobretudo no que se refere a um dos princípios fundamentais da Política Nacional de ATER (PNATER), que o de se prestar serviços tendo por base a agroecologia. Assim, os serviços prestados até 2016 definiram um conjunto de indicadores quantitativos e qualitativos, aos quais os profissionais tinham como referência: a) indicadores do processo de transição agroecológica: redução do uso de insumos químicos sintéticos, melhorias no solo, uso de tecnologias de base ecológica (inseticidas biológicos, adubos orgânicos, etc.); b) indicadores sociais: melhoria na alimentação das famílias, tomada de decisões sobre os recursos da família (uso da mata, sementes, decisão sobre aplicação de recursos financeiros, etc.), participação dos jovens e das mulheres nas decisões. c) indicadores econômicos: melhoria na renda, acesso aos mercados, ocupação da mão de obra, adimplência ou inadimplência (no caso das famílias tomadoras de crédito; d) indicadores relacionados à cultura local: práticas e tecnologias adaptadas, produção de subsistência compatível com o hábito alimentar; e) indicadores de gestão institucional: democratização da gestão (existência e participação no conselho diretor, eleição para diretores, existência e participação de um coletivo de gestão estratégica, etc.);

A pesquisa constatou que, apesar do significativo planejamento feito pela ATER para apoiar a execução dos serviços nos assentamentos, a decisão pela extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2016, agravou mais ainda a situação de vulnerabilidade dessas populações, historicamente marginalizadas, dentre as quais os povos do campo, das águas

e das florestas, que ficaram durante anos invisíveis aos olhos do poder público se viram numa situação de retrocesso. Todo o trabalho desenvolvido pelas Empresas de ATER para essas populações sofreu um grave retrocesso em seus direitos e conquistas políticas que estavam em curso nos últimos treze anos e visavam o desenvolvimento rural, sustentável e solidário.

Efetivamente, não reconhecer a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável do país significa desconsiderar o papel que as populações amazônicas desempenham na geração de renda e riquezas e na promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional com alimentos saudáveis, acessíveis à população brasileira. Destaque-se ainda seu papel para a soberania e segurança hídrica e energética, que também estão ligados aos desafios postos para a sustentação das condições de vida humana no planeta.

Soma-se a esses aspectos a reafirmação dos princípios e objetivos da Política PNATER que, materializados na Lei 12.188/2010, expressam a construção coletiva na ação da extensão rural que, coordenada pelo MDA, buscava integrar as políticas públicas para a promoção do modelo de desenvolvimento rural sustentável e solidário.

CONCLUSÃO

Verifica-se, ainda, que as comunidades destacam a necessidade de desenvolver e consolidar as diversas formas de organização social, adequada à realidade local, para, assim, poder garantir um melhor acesso ás políticas públicas e formular estratégias de desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo se identificam carências na capacidade de organizar processos de agregação de valor dos produtos locais, tanto no planejamento da produção agrícola e o extrativismo de uma maneira coletiva, como no beneficiamento dos produtos e, principalmente, na comercialização sustentável através de canais adequados.

Falta uma assistência técnica adaptada à realidade local, com visão multiplicadora comunitária e vinculada aos planos de manejo gerais e específicos necessários e que se encontram em diversos níveis de realização. Por isso, a retomada dos serviços de ATER se expressa como urgente e deve ser universalizado, em consonância com os princípios, diretrizes e instrumentos da PNATER, construída e conquistada pelas populações rurais.

É importante também, que a Anater (Agência Nacional de Ater), que tem como missão implementar a PNATER, avance na garantia do atendimento público e gratuito de uma ATER dialógica, agroecológica, feminista e diferenciada para os diversos púbicos da agricultura familiar.

Dessa maneira, a partir desse cenário, o poder público e as organizações sociais tem que garantir a manutenção e a ampliação dos direitos e das políticas públicas; da promoção da agroecologia; da valorização da diversidade e, em especial, das mulheres, da juventude e dos povos

e comunidades tradicionais do PAE Ilha Piquiarana e de todas as populações rurais.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Rinaldo. "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. Ambient. soc., Dez 1999, no.5, p.79-92. ISSN 1414-753X.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF: SAF; Dater, 2004.

CALEGARE, Marcelo. Identidade cabocla x indígena: o caso de uma comunidade no alto-solimões. In: 6º Congresso Norte Nordeste de Psicologia, 2009, Belém. Anais do 6º Congresso Norte Nordeste de Psicologia, 2009.

CALEGARE, M. G. A.; CHAVES, M. P. S. R.; SILVA, I. P.. Pesquisa-Ação em comunidades ribeirinhas de tabatinga-AM. In: 61ª reunião anual da SBPC, 2009, Manaus. Anais da 61ª SBPC, 2009.

CAPORAL, Francisco Roberto; RAMOS, L. de F. Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia. Monteiro, d.; Monteiro, M. desafios na Amazônia: uma nova assistência técnica e extensão Rural. Belém: UFPA, 2006.

CAPORAL, Francisco Roberto. Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. Assistência técnica e extensão rural: construindo o conhecimento agroecológico. Manaus: Bagaço, p. 09-34, 2006.

CHAVES, M. P. S. R. Uma Experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia: O estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá. Campinas: UNICAMP/CIRED. Tese de Doutorado, 2001.

CENSO DEMOGRÁFICO, 2010. IBGE.

DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000. p. 211.

DICIONÁRIO SOCIOAMBIENTAL: ideias, definições e conceitos. Organização Eda Tassara; Texto Helena Tassara; Fotos Ricardo Burg. São Paulo: FAARTE Editora, 2008.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; PEREIRA, Henrique dos Santos; WITKOSKI, Antônio Carlos. *Comunidades ribeirinhas amazônicas:* modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007.

IDESP/IMAZON, 2013.

MORIM, Júlia. Ribeirinhos. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=1053%3Aribeirinhos&catid=52%3Aletra-r&Itemid=1> Acesso em 9 de março de 2016.

NEVES, Josélia. Ribeirinhos, desenvolvimento e sustentabilidade possível. Disponível em: <http://www.partes.com.br/socioambiental/ribeirinhos.asp> Acesso em 9 de março de 2016.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: Revista de Antropologia. v. 39; n. 01, p. 11-37. São Paulo: Unicamp, 1996.

PNUMA. CBD/WG-ABS/1/4. Disponível em: <http://www.biodiv.org> Acesso em 10 de março de 2016.

REZENDE, E.A.; RIBEIRO, M.T.F. Conhecimento tradicional, plantas medicinais e propriedade intelectual: biopirataria ou bioprospecção? REV. BRAS. PL. MED., Botucatu, v.7, n.3, p.37-44, 2005.

SANTANA, F. A.; Comunidades ribeirinhas na Amazônia: Relato de experiência. Perspectiva Amazônica , v. 1, p. 47-56, 2013.

Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica. Conhecimentos Tradicionais. Montreal, Canadá, 2012.

Tópicos jurídicos. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10840334/artigo-3-do-decreto-n-6040-de-07-de-fevereiro-de-2007> Acesso em 22 de março de 2016.

WAGLEY, Charles. Uma Comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos / tradução de Clotilde da Silva Costa. 3ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.